



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 187/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso aos relatórios, pareceres, memorandos, notas técnicas e demais documentos relacionados ao projeto "Prestação de serviços de consultoria técnica especializada para diagnóstico e desenvolvimento de plano visando melhoria do gerenciamento de contratos de gestão com organizações sociais de saúde do Estado De São Paulo" e íntegra da proposta vencedora do certame, incluindo o conteúdo dos envelopes demandados em edital. Adequado atendimento da demanda. Inovação no pedido recursal. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 187/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso aos relatórios, pareceres, memorandos, notas técnicas e demais documentos relacionados ao projeto "Prestação de serviços de consultoria técnica especializada para diagnóstico e desenvolvimento de plano visando melhoria do gerenciamento de contratos de gestão com organizações sociais de saúde do Estado De São Paulo" e íntegra da proposta vencedora do certame, incluindo o conteúdo dos envelopes demandados em edital.
2. Em recurso, o órgão respondeu com as informações que detinha e indicou o órgão que poderia deter a informação. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, fornecendo as informações existentes e indicando onde pode-se encontrar os demais dados, de acordo com o art. 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011.
4. A solicitação de encaminhamento da demanda ao órgão que possivelmente detenha a informação não é permitido em grau recursal pelo sistema SIC.SP, havendo inovação recursal, subtraindo ao órgão a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, e do cidadão a possibilidade de todos graus recursais previstos administrativamente.
5. Assim, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra

Classif. documental	006.03.02.001
---------------------	---------------



Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

- respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo-lhe de motivação e o pressuposto recursal da negativa de acesso (artigo 20 caput do Decreto nº 58052/2012).
6. E nada impede que o cidadão realize novo pedido SIC ao órgão indicado, conforme sugestão da Secretaria, assegurando o correto cumprimento dos procedimentos previstos nas normativas de acesso à informação no Estado de São Paulo.
 7. Assim, considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação e tampouco almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto n. 58.052/2012.
 8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

Vera Wolff Bava
Ouvidora Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado